



Panorama de aplicação da norma ISO 14001 no Norte do Brasil

Fernanda C. Aguiar Mendonça¹, Claudio Nahum Alves²

¹Universidade Federal do Pará/ UFPA. E-mail: nanda_mendonca05@hotmail.com

² Universidade Federal do Pará/ UFPA. E-mail: nahum_ufpa@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo traçar um panorama de aplicação da norma ISO 14001:2004 e ISO 14001:2015 no norte do Brasil, de forma a apresentar informações importantes sobre o processo de certificação ambiental o qual as empresas nortistas têm se submetido. A certificação em conformidade com a norma ISO 14001:2004/2015, nos dias atuais, é um requisito indispensável para as organizações que almejam atingir o mercado internacional. Porém, observou-se que a Região apresenta baixo percentual de certificação, ainda que em Estados como Pará e, principalmente, Amazonas, com a zona franca de Manaus, apresentem grandes empresas, multinacionais e exportadoras. Notou-se ainda, que os Estados de Amapá, Roraima e Rondônia são os únicos do Brasil a não possuírem nenhuma empresa certificada e que ainda que o prazo de três anos para a transição da ISO 14001:2004 para a ISO 14001:2015 esteja acabando, nenhuma empresa do norte do país realizou a transição.

Palavras-chave: Certificação Ambiental. Gestão Ambiental. Região Norte.

Área Temática: Gestão Ambiental na Indústria, Serviços e Comércio.

Overview of the application of ISO 14001 in Northern Brazil

Abstract

The present work aims at displaying the overall scenario for the application of ISO 14001: 2004 and ISO 14001: 2015 in the north of Brazil, in order to present important information about the environmental certification process that Northern companies have undergone. Certification in accordance with ISO 14001: 2004/2015, nowadays, is an indispensable requirement for organizations that aim to reach the international market. However, it was observed that the North Region presents a low percentage of certification, although in states like Pará and, mainly, Amazonas, with Manaus Free Zone, have large companies, multinationals and exporters. Also noted that states of Amapá, Roraima and Rondônia are the only ones in Brazil, that do not have any certified company and even if the period of three years for the transition from ISO 14001: 2004 to ISO 14001: 2015 is ending, no company in the north of the country made a transition.

Keywords: Environmental Certification. Environmental management. North region.

Thematic Area: Environmental Management in Industry, Services and Commerce.



1 Introdução

A preocupação com o esgotamento dos recursos naturais surgiu com a percepção, após a Revolução Industrial, de que a capacidade do ser humano de alterar o meio ambiente aumentou significativamente levando a consequências positivas e negativas e evidenciando uma interdependência entre economia e meio ambiente. A constatação da existência de limites ambientais ao crescimento econômico leva a uma preocupação crescente com a elaboração de políticas que permitam a conciliação entre a atividade econômica e a proteção ambiental.

Em decorrência disso, os governos locais são pressionados pela comunidade internacional, por meio de conferências e tratados, por organizações não governamentais (ONGs), por ambientalistas e pela própria comunidade a adotarem medidas concretas na defesa do meio ambiente e no sentido de penalizar o poluidor (SEIFERT, 2017).

No Brasil, além da Constituição de 1988, uma série de leis ambientais deram embasamento sólido para que órgãos governamentais, como IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e SEMAS (Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade), pudessem realizar um trabalho sério de defesa do meio ambiente. Contudo, já é de senso comum entre a maioria dos países do mundo que a inserção da problemática ambiental e a aplicação de medidas regulatórias e preventivas para a proteção ambiental não foram criadas para impedir o desenvolvimento econômico, mas sim, para garantir que as gerações futuras também tenham acesso aos benefícios desse desenvolvimento.

A consciência das empresas de seus impactos diretos e indiretos vem aumentando e aumentará ainda mais no futuro (SEARCY, 2016). Algumas empresas já reconhecem a importância de integrar sustentabilidade em suas políticas e atividades comerciais (SALZMANN et al., 2005). Para suportar esta integração, um grande número de ferramentas de gestão ambiental tem sido abordadas desde os anos de 80 e 90 concentrando-se principalmente no setor de impacto ambiental das empresas, dentre eles: produção mais limpa, prevenção de poluição, sistemas de gestão ambiental, ciclo de vida do produto, emissão zero e ecodesign, etc. (HAHN et al., 2015) Estes, muitas vezes suportados por agentes de mudança internos ou externos (LOZANO, 2011).

Um dos resultados do processo de discussões em torno dos problemas ambientais e de promover o desenvolvimento econômico frente a essa questão foi o surgimento das normas ISO 14000, especialmente a ISO 14001 que fixa as especificações para a certificação e avaliação de um sistema de gestão ambiental de uma organização (MOURA, 2000). Iniciou-se então, a busca por padrões normativos que possibilitassem às empresas e indústrias gerenciar, de forma sistematizada, ações ambientais que derivassem não só em um melhor desempenho consciente com posturas ambientalmente adequadas das empresas, como também otimizar as suas relações com as diversas partes interessadas.

Apesar da relevância do tema, existem poucas publicações sobre o mesmo enfocando a realidade brasileira e menos ainda, enfocando o norte do país e a recente revisão da norma ISO 14001:2004 para a ISO 14001:2015. Então, o objetivo deste trabalho é apresentar o panorama de aplicação da norma ISO 14001, mostrar como está evoluindo a adequação das empresas da Região Norte do Brasil com os novos paradigmas ambientais, requisito indispensável às empresas que almejam atingir o mercado internacional.

2 Metodologia

No presente trabalho, realiza-se um levantamento e uma análise de dados referentes à aplicação da norma ISO 14001 no Brasil, tendo como fontes de pesquisa principais o Inmetro, a ABNT.



Após uma breve apresentação da série NBR ISO 14000, atualmente em vigor no Brasil, são detalhadas as mudanças ocorridas a partir da revisão da norma ISO 14001/2004, os agentes atuantes no processo de certificação, especialmente as empresas certificadoras.

É elaborada também, uma análise comparativa do número de certificações emitidas no Brasil, mais especificamente no norte do país até novembro de 2017.

As informações levantadas são analisadas a partir das certificações por regiões, por estado, e por ano de certificação, de forma a se ter um quadro consistente das tendências hoje observadas no norte do Brasil em relação à certificação pela ISO 14001.

Para tabulação dos dados e confecção dos gráficos foi utilizado o software Excel®.

3 ISO 14001 atualmente em vigor no Brasil

A ABNT NBR ISO 14001 é uma norma aceita internacionalmente que define os requisitos para colocar um sistema da gestão ambiental (SGA) em vigor. Ela ajuda a melhorar o desempenho das empresas por meio da utilização eficiente dos recursos e da redução da quantidade de resíduos, ganhando assim vantagem competitiva, confiança das partes interessadas e na maioria das vezes, redução de custos (ABNT, 2015).

O SGA ajuda as empresas a identificar, gerenciar, monitorar e controlar questões ambientais de maneira holística. É um conjunto de atividades administrativas e operacionais inter-relacionadas para abordar os problemas ambientais atuais de uma empresa ou evitar seu surgimento. A realização de ações ambientais pontuais, isoladas ou esporádicas não se configuram parte de um SGA, pois este requer a formulação de uma política ambiental, definição de objetivos, coordenação de atividades, avaliação de resultados e o envolvimento todos os seguimentos da empresa para tratar das questões ambientais de modo integrado (BARBIERI, 2016).

A ABNT NBR ISO 14001 adequa-se a todos os tipos e tamanhos da empresa, sejam elas, sem fins lucrativos ou governamentais. Ela exige que as empresas considerem todas as questões ambientais relativas às suas operações, como a poluição do ar, questões referentes à água e ao esgoto, a gestão de resíduos, a contaminação do solo, a mitigação e adaptação às alterações climáticas e a utilização e eficiência dos recursos (ABNT, 2015).

Em 2015 houve uma revisão da norma ISO 14001:2004, a partir de então, adotou-se a ISO 14001:2015 como norma vigente. Houveram algumas modificações no sentido de promover o alinhamento com o Anexo SL, que dispõe da Gestão Integrada e deixa todas as normas sempre com a mesma estruturação, o que a tornou a ISO 14001 mais compatível com outras normas de sistemas de gestão como a ISO 9001, ISO 22301, ISO 27001, e ISO 20000, e torna a integração ainda mais fácil.

Organizações certificadas pela versão 2004 da ISO 14001 devem fazer a transição para a nova versão até setembro de 2018. Após esse período, as empresas que não realizarem a transição, terão seus certificados da versão 2004 invalidados (ABNT, 2015).

3.1 Revisão da norma NBR ISO 14001 e mudanças ocorridas

Após a revisão, a ABNT NBR ISO 14001:2015 passa a exigir que a gestão ambiental seja mais importante no posicionamento estratégico da empresa, que haja maior comprometimento da liderança da empresa, que haja a implementação de iniciativas proativas que visem proteger o meio ambiente contra danos e degradação, como por exemplo, o uso sustentável dos recursos e a mitigação das alterações climáticas; exige um enfoque no conceito de ciclo de vida a fim de garantir que aspectos ambientais sejam levados em consideração desde o desenvolvimento até o fim da vida útil do produto e a adoção de uma estratégia de comunicação com foco nas partes interessadas. E além disso, ela possibilita uma integração mais fácil a outros sistemas de gestão, visto que têm a mesma estrutura e os mesmos termos e definições (ABNT, 2015).



3.2 Agentes atuantes no cenário

3.2.1 ABNT

Assim como a ISO, (*International Organization for Standardization*, ou Organização Internacional para Padronização, em português) que foi criada em Genebra, na Suíça, em 1947, ao redor do mundo, a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) é a entidade responsável pela padronização e normatização no Brasil. Então, a partir do estabelecimento da normatização ambiental pela ISO, a ABNT também criou o comitê brasileiro de gestão ambiental (ABNT/CB-38), em abril de 1999, com estrutura bem semelhante à do comitê técnico de gestão ambiental da ISO (ISO/TC 207) (LEMOS, 2004).

O ABNT/CB-38 tem sua atuação na normalização no campo de ferramentas e sistemas de gestão ambiental, excluindo-se métodos de ensaios relativos a poluentes, qualidade da água, qualidade do solo e acústica; fixação de valores limites em matéria de poluentes ou de efluentes; fixação de níveis de desempenho ambiental; e normalização de produtos (ABNT). Seu papel é traduzir as normas publicadas pela ISO, publicá-las como normas NBR ISO e participar das reuniões internacionais de desenvolvimento das normas ISO, representando os interesses brasileiros, principalmente das grandes empresas (LEMOS, 2004).

O comitê é aberto à contribuição de todos os interessados na formulação das normas. A participação de uma empresa ou instituição pode ser feita como cotista do CB-38, quando adquire o direito de participar ativamente na discussão e votação das posições brasileiras adotadas nas reuniões internacionais de desenvolvimento das normas. As universidades, as organizações não governamentais e as instituições não cotistas são convidadas e estimuladas a participar das reuniões das comissões de estudo, durante a fase de discussão das posições brasileiras e redação dos documentos. O CB-38 conta com o apoio especial do Ministério de Ciência e Tecnologia, que viabiliza a participação nas reuniões internacionais mais importantes (LEMOS, 2004).

No ambiente virtual da ABNT (<<http://www.abnt.org.br/>>), pode-se consultar as normas vigentes, bem como instruções para uso e aplicação.

3.2.2 Inmetro

O Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) é o organismo acreditador brasileiro, ou seja, é a instituição responsável por credenciar as empresas responsáveis pela emissão dos certificados ISO 14001.

A acreditação é fundamental para regular e dar credibilidade às trocas comerciais entre diferentes países. Ainda que os programas de acreditação sigam diferentes estruturas em cada país, a essência da atividade permanece inalterada, ou seja, contribuir para a agregação da confiança nas trocas comerciais no mercado interno ou externo (MENDONÇA, 2005). Isto só é possível através da acreditação concedida por instituições nacionalmente reconhecidas, segundo normas e padrões aceitos pelos signatários de acordos de reconhecimento mútuo, por reguladores e pelo mercado.

Além de auxiliar no acesso ao comércio exterior, o sistema de acreditação desempenha hoje papel fundamental na competitividade da indústria, na medida em que estimula sua produtividade e atribui credibilidade à marca de certificação (MENDONÇA, 2005).



3.2.3 Certificadoras

O Inmetro possui em seu cadastro 21 entidades certificadoras com registro ativo, as quais estão aptas a promover a emissão de certificados para empresas ou empreendimentos que estejam em conformidade com a norma ISO 14001:2004 e ISO 14001:2015. O Quadro 1 lista entidades certificadoras em atividade (INMETRO, 2017a).

Quadro 1. Lista de entidades certificadoras em atividade.

Certificadoras (ISO 14001)
BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda
ABS Group Services do Brasil Ltda
DNV GL BUSINESS ASSURANCE AVALIAÇÕES E CERTIFICAÇÕES BRASIL LTDA
FCAV - Fundação Carlos Alberto Vanzolini
DQS do Brasil Ltda
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
Lloyd`s Register do Brasil Ltda
Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR
BRTÜV Avaliações da Qualidade S. A.
SGS ICS Certificadora Ltda
TÜV RHEINLAND DO BRASIL LTDA.
BSI BRASIL SISTEMAS DE GESTÃO LTDA
Instituto Falcão Bauer da Qualidade - IFBQ
IQA - Instituto da Qualidade Automotiva
ICQ Brasil - Instituto de Certificação Qualidade Brasil
APCER BRASIL CERTIFICAÇÃO LTDA
MSC - MANAGEMENT SYSTEMS CERTIFICAÇÕES LTDA
SAS Certificadora Ltda
CONCEITOS SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LTDA.
Rina Brasil Serviços Técnicos Ltda
ITAC - Instituto Tecnológico de Avaliação e Certificação da Conformidade Ltda

Fonte: INMETRO (2017).

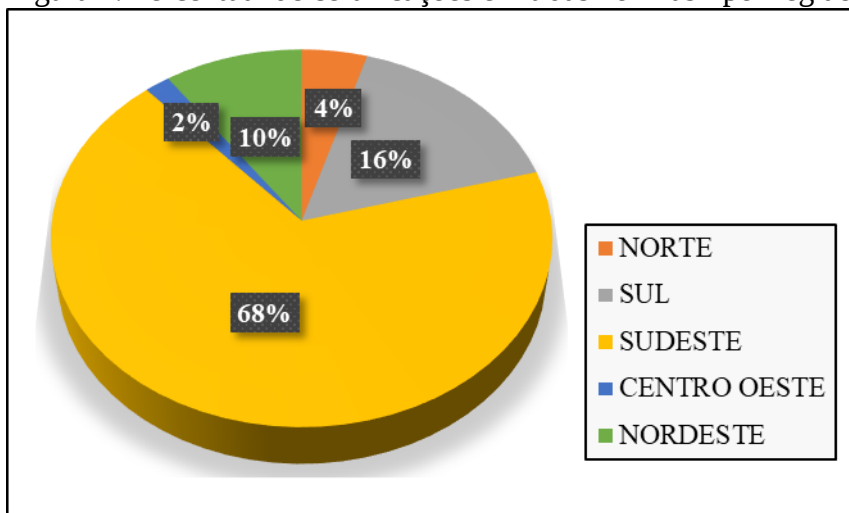
4 Aplicação da norma ISO 14001 e as certificações no Brasil

O primeiro certificado brasileiro foi validado em 1996 para a empresa Bahia Sul Celulose S.A. Em pouco mais de um ano e meio, 30 empresas brasileiras obtiveram este certificado, enquanto na Europa, já haviam 3000 empresas que o possuíam. Em março de 1999, o Brasil completou um total de 88 empresas certificadas com a ISO 14000 (SILVA, 1998). Atualmente, são 2051 certificados emitidos no país (INMETRO, 2017b)

A Figura 1 mostra o percentual de certificados emitidos no Brasil em cada região, de acordo com dados fornecidos pelo INMETRO (2017b). Nota-se, a partir da Figura 1, um forte domínio da região sudeste quanto ao número de certificações emitidas no Brasil, fato que pode ser explicado por essa região conter os maiores parques industriais brasileiros (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo). Comparando com o estudo realizado por Pombo & Magrini (2008), observa-se que houve pouquíssima variação no percentual analisado em quase 10 anos.



Figura 1. Percentual de certificações emitidas no Brasil por região.



Fonte: INMETRO (2017b)

5 Certificações ISO 14001 no Norte do Brasil

A partir dos dados, observou-se que a Região Norte apresenta baixo percentual na emissão de certificados, ainda que em Estados como Pará e, principalmente, Amazonas, com a zona franca de Manaus, apresentem grandes empresas, multinacionais e exportadoras.

Supõe-se a Região ainda sofra com que modelos econômicos e grandes projetos implantados na Amazônia nas décadas de 1960 e 1970 e a mentalidade de que o crescimento econômico é contrário a preservação e conservação dos recursos naturais. Observa-se através de breve pesquisa que a complexidade ambiental se encontra bastante ausente nas Políticas de Gestão Ambiental dos Estados e que há ausência de percepção dos danos ambientais como problema de ordem local e global (SILVA, 2002), tanto do governo quanto das empresas. E não só isso, de modo geral, não há conscientização populacional das questões ambientais, as empresas não sofrem cobrança por práticas ecologicamente corretas, nem são privilegiadas quando à adotam.

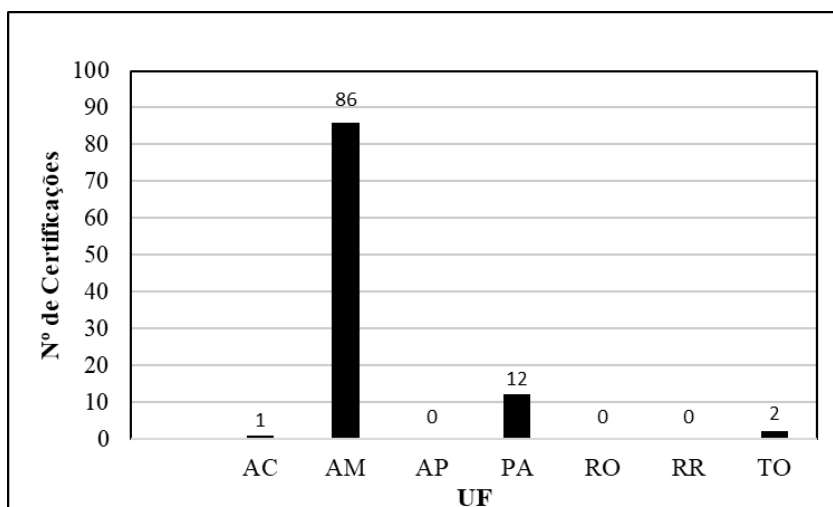
Os Estados de Amapá, Roraima e Rondônia são os únicos do Brasil a não possuírem nenhuma empresa certificada, todos da Região Norte. O Estado do Pará, ainda que sendo referência no setor da mineração e da indústria extrativa, possui apenas 12 certificados emitidos (FIGURA 2), todas eles para empresas de grande porte e multinacionais que tem como premissa atender requisitos de países estrangeiros objetivando exportar sua produção. O Estado de Manaus, ainda que detentor da zona franca de Manaus, zona industrial brasileira em Manaus criada para impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental, possui apenas 86 certificados emitidos, número muito baixo, se consideradas as 700 indústrias abrigadas no polo (SERAFFICO & SERAFFICO, 2005).

Com total de 101 certificados ativos, dentre das as UFs, nenhuma empresa realizou a transição para a ISO 2014:2015 (INMETRO, 2017b). Dado preocupante se considerado que há menos de um ano para o término do prazo de adequação e que esse é um processo demorado até a certificação.

O histórico de certificação da Região (FIGURA 3) nos mostra que a busca por certificação na região iniciou-se por volta do ano de 2011, muito depois da maioria dos estados no resto do país. No ano de 2014 ocorreu o ápice de emissão de certificados para a região, fato que pode ser responsável pela ausência de transição para a ISO 2014:2015, tento em vista o tempo em que estas empresas vinham levando para adequação à norma vigente anterior.

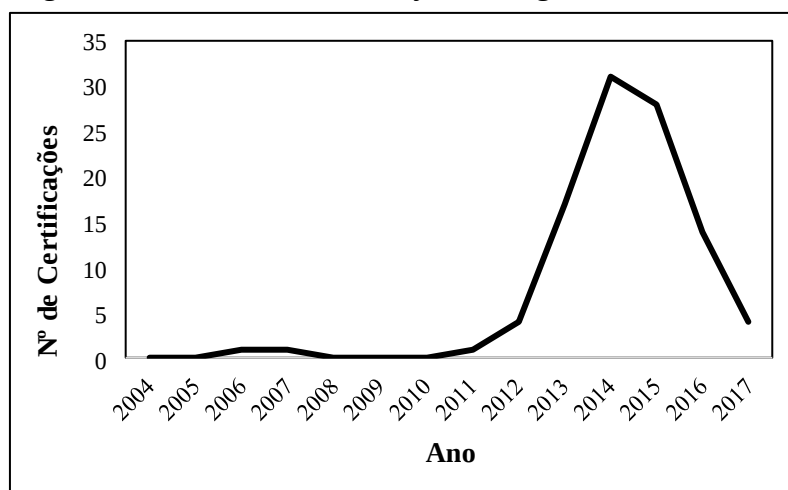


Figura 2. Nº de Certificados por Unidade da Federação (UF) da Região Norte do Brasil.



Fonte: INMETRO (2017b)

Figura 3. Histórico de certificação da Região Norte do Brasil



Fonte: INMETRO (2017b)

6 Conclusão

A partir desse trabalho, observou-se que a Região Sudeste do Brasil ainda possui o domínio absoluto quanto ao número de certificações emitidas no Brasil e que a Região Norte do apresenta baixo percentual na emissão de certificados, ainda que em Estados como Pará e, principalmente, Amazonas, com a zona franca de Manaus, apresentem grandes empresas, multinacionais e exportadoras. Notou-se ainda, que os Estados de Amapá, Roraima e Rondônia são os únicos do Brasil a não possuírem nenhuma empresa certificada. E que com total de 101 certificados ativos, dentre das as UFs, nenhuma empresa da Região Norte realizou a transição para a ISO 2014:2015, fato que supõem-se ser devido tempo em que estas empresas vinham levando para adequação à norma vigente anterior até o ano de 2014, quando ocorreu o ápice de emissão de certificados para a região.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Introdução à ABNT NBR ISO**



14001:2015. ABNT. Rio de Janeiro. 2015.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** 4ª ed. Saraiva. São Paulo. 2016.

HAHN, T., PINKSE, J., PREUSS, L., FIGGE, F. Tensions in corporate sustainability: towards an integrative framework. **J. Bus. Ethics** 127, 297-316. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-014-2047-5>. Acesso em 19 de novembro de 2017.

INMETRO. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. **Relação das empresas certificadoras em atividade.** Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br>>. Acesso em: 19 de novembro de 2017.

INMETRO. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. **Certifiq.** Disponível em: <<http://certifiq.inmetro.gov.br/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2017.

LEMOS, H. M. As **normas ISO 14000.** Rio de Janeiro: Escola de Engenharia da UFRJ, 2004.

LOZANO, R., Creativity and organizational learning as means to foster sustainability. **Sustain. Dev.** 22, 205-216. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1002/sd.540>. Acesso em 19 de novembro de 2017.

MOURA, L. A. A. de. **Qualidade e gestão ambiental: sugestões para implantação das normas ISO 14.000 nas empresas.** 2. ed., rev. e atual. Juarez de Oliveira. São Paulo. 2000.

POMBO, F. R.; MAGRINI, A. Panorama de aplicação da norma ISO 14001 no Brasil. **Gestão & Produção**, v. 15, n. 1, p. 1-10, 2008.

SALZMANN, O., IONESCU-SOMERS, A., STEGER, U., The business case for corporate sustainability. **Eur. Manag. J.** 23, 27-36. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.emj.2004.12.007>. Acesso em 19 de novembro de 2017.

SEIFERT M. E. B. **ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica.** 5a ed. Atlas. São Paulo. 2017.

SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 99-113, 2005.

SEARCY, C. Measuring enterprise sustainability. **Bus. Strateg. Environ.** 25, 120-133. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1002/bse.1861>>. Acesso em 19 de novembro de 2017.

SILVA, A.R. da. ISO 14000: Normas para Gestão Ambiental. **NOTESALQ.** Piracicaba: ESALQ. 1998.

SILVA, M. L. da. Recursos Florestais e sua Transformação em Cultura na Cidade: Reconstituindo Significados. In: **Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade.** Org. Ligia T. Lopes Simonian. 2010. SEDECT-PA/FAPESA. 2002.